

GAZETA D'ESPINHO

ADMINISTRAÇÃO Avenida Serpa Pinto n.º 230
REDACÇÃO Rua do Norte, n.º 124
ESPINHO
Director: J. Pinto Coelho

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

Propriedade da Empresa GAZETA D'ESPINHO

Composição e Impr. TYPOGRAPHIA PENINSULAR
24—RUA DE S. CHRISPIM—26

(Com entrada pela Rua dos Mercadores, 171)—PORTO
Telephone n.º 737

AS DESGRAÇAS

DE ESPINHO

O ludíbrio das providencias governativas

Debalde se tem esperado qualquer beneficio para esta povoação a braços com uma crise tremenda accometida e em parte assolada pelas furias do oceano!

Não nos surprehe de uma indifferença dos poderes publicos. Ha muito nos invadiu o scepticismo impenitente.

Os clamores ficam esterilizados em effeitos praticos; as promessas de protecção são um ludíbrio systematico.

Sabemos que o relatório dos engenheiros propõe ao governo a adopção de medidas provisórias no sentido de, por algum tempo, preservar a praia das invasões.

Essa obra, orçada ou calculada em algumas dezenas de contos, consistiria n'uma especie de enrocamento.

Pedra em grande quantidade constituindo blocos soltos, seria lançada em toda a extensão da esplanada da praia.

Entendem, porém, os technicos que esse projecto de defesa é economicamente um disparate.

Além de relativamente dispendiosos, esses trabalhos, cuja efficacia é duvidosa, trariam a paralisação das duas industrias mães d'esta terra. Prejudicariam a praia de banhos e tornariam inextinguível a pesca d'arrasto.

Nem vale a pena discutir semelhante dislate!

Apraz-nos insistir nas considerações expendidas n'este seminario.

Mantemos integralmente as mesmas opiniões sobre o assumpto.

E quanto a providencias, revertemos em reclamar—embora como voz, no deserto perdida—que se dê protecção a quem d'ella tanto carece!

Sobre este caso de capitalissima importancia para Espinho, acingando-se á mesma ordem de ideias por nós desenvolvidas, «O Mundo» publicou um interessante artigo editorial, que passamos a transcrever.

Esse artigo, sob a epigraphe—*Espinho—*, merece registrar-se, porque colloca, com verdade e nitidez, as coisas no seu plano de equidade e de justiça.

E' o que vae lêr-se:

Quem tivesse tempo para, desde que o mar entrou de enfurecer-se contra a formosa praia de Espinho, acompanhar os protestos e reclamações dos interessados, pondera-los intelligentemente e cautelosamente e d'elles extrahir a devida filosofia, chegaria á conclusão bem uteis e interessantes. Quem se desse ao trabalho de apreciar a oportunidade e acerto das providencias tomadas para contrariar os effeitos devastadores da vaga, chegaria a conclusões não menos uteis nem menos interessantes. Nós infelizmente não dispomos do vagar que semelhante tarefa reclamaria. Só diremos que enquanto o oceano não ameaçou os lares dos ricos e dos potentados, os protestos e reclamações a que acima aludimos tinham esse ar arrastado, frouxo e mole das

cousas... para a gente ver... e que menos deve procurar-se nos clamores de agora o sentimento altruista pela desgraça dos pequeninos do que o egoismo dos cresus e paciques que principiam a sentir-se ameaçados por uma força da natureza que não discute votos, gerarchias ou condições de fortuna.

Seja, porém, como fôr, o que é certo é que o mar insiste em assolar a encantadora praia do norte, arrazando a cada momento a parca fazenda da laboriosa população local, na sua grande maioria composta de pescadores; e, assim sendo, o governo, em nome da solidariedade que une todos os cidadãos portugueses, tem o dever indeclinavel de intervir.

Resta saber como ha de intervir. Querem uns que ella intervenha de modo a collocar a praia de Espinho ao abrigo de quaesquer futuras invasões do mar. Querem outros que a sua intervenção se limite, por ora a dar de comer a quem tem fome, a vestir os nus e a agasalhar aquelles a quem o mar arrasou os lares, não se metendo em maiores cavalarias antes de ter estudado cuidadosamente o assumpto. Como não somos ne toda leigos na materia, diremos tambem da nossa justiça. São meia duzia de linhas que se nos afiguram aproveitaveis.

Varios technicos a quem temos consultado nos dizem que não serão vinte, nem trinta, nem cinquenta contos que poderão dizer ao mar com probabilidade de serem atendidos: «Tenha a bondade de não ir mais longe». Todos elles affirmam, pelo contrario, que só uma defesa radical, ou nenhuma, porá cõbro ás invasões da vaga, mas que essa custará alguns milhares de contos, isto é, uma soma sem compensação possivel. Ora gastar alguns milhares de contos para salvar o predio de Pedro, Paulo, Sancho ou Martinho, é cousa que não passa pela cabeça de ninguém, sobre tudo na situação angustiosa do tesouro publico.

Ha, porem, duas cousas que o Estado pôde e deve fazer: demarcar o limite provavel da invasão das aguas de modo a que aquem dessa linha a inconsciente ignorancia das populações ribeirinhas não proceda a novas construcções, e acudir aos pobres pescadores cujos lares foram arrebatados pelo mar, reconstruindo estes em zona abrigada e segura. Isto, sim, isto é que o Estado pôde fazer, sem grande papelorio, sem commissões mais decorativas e dispendiosas do que uteis, em suma: com pouca gente mas boa e á urgencia que o caso requer. E' um serviço efficaz, conforme aos dados concretos do problema e relativamente economico.

Esta intervenção do Estado tem de ser pratica e de acordo com o costume da terra. Uma das causas mais frequentes do fracasso do Estado na profilaxia e terapeutica das nossas crises ou desgraças é nunca tratar as questões objectivamente. Se a memoria nos não falha, em tempos, uma grande commissão encarregada de aplicar avultados soccorros aos pescadores da Povoia do Varzim lembrou-se de comprar para cada barco um barometro aneroides. Ora um barometro aneroides nas mãos de um analfabeto é fantasia que não lembra ao diabo. Aconteceu, pois, o que tinha de acontecer. Os pobres pescadores foram-se aos barometros tiraram-lhes o miolo, deitaram-no ao mar e aproveitaram as respectivas caixas metallocas... para guardar iscas ou anzoes!

Quer isto dizer que a reconstrução dos lares arrasados dos pobres pescadores deve obedecer ao costume da terra. Os pescadores habitam usualmente em palheiros, isto é, em casas de madeira que todo o veraneante do norte conhece. E' uma construcção rapida, barata e que o pescador talvez não trocasse por outra de pedra e cal. Duas, tres, quatro duzias de palheiro custariam uma soma perfeitamente compativel com as forças, ou melhor, com as fraquezas do tesouro e acudiriam de pronto ao tremendo infortunio que afflige Espinho. Com effeito, aquellos nossos infelizes compatriotas não pedem ao Estado que lhes garanta a ociosidade; pedem apenas guarida para as mulheres e os filhinhos que tiritam de frio. E esta é verdadeira miseria que nos comove e que urge aliviar. O resto é deitar dinheiro á rua e os tempos não vao propicios para semelhante applicação do sangue e do suor dos contribuintes.

Desalento

A vida tem tantas côres,
Os prados tem tantas flores,
Tanta magia o luar!...
Não me prendes desventura!
Um sonho tem pouca dura...
Deixa-me ao menos sonhar!...

Espinho. Dezembro, 908.

Lina X. Castro Soares

OS DEPUTADOS REPUBLICANOS

O empréstimo dos 4.000 contos

Os deputados republicanos. Drs. Affonso Costa e Antonio José d'Almeida expõem em conferencia publica as suas opiniões sobre o empréstimo realisado pelo ministro Espregueira e, ao mesmo tempo, apreciam severamente a situação politica do paiz.

No domingo ultimo realisou-se em Lisboa, no «Centro Antonio José d'Almeida» uma assembleia magna para ouvir as apreciações dos dois illustres deputados republicanos acerca da famosa operacão financeira, negociada por Espregueira a titulo de se construírem novas linhas ferreas e de serem pagos encargos da administração dos caminhos de ferro do estado.

Os illustres deputados eleitos pela capital julgaram e bem que, em virtude da intransigencia das opposições monarchicas não poderiam desenvolver a sua critica, como tencionavam, em pleno parlamento. E assim convocaram os eleitores para, em conferencias, explanar amplamente as suas ideias sobre o assumpto em debate.

Infelizmente pelas exigencias de espaço não podemos, como era nosso desejo, seguir o desenvolvimento dos notaveis discursos d'aquelles nossos prestantes correligionarios e insignes oradores parlamentares.

Limitamo-nos por isso a transcrever trechos e passagens das edificantes dissertações.

Falla o dr. Affonso Costa

A attitudo republicana

Iniciados os tumultos, a minoria republicana não tem entrado nelles. Não quer isto dizer, porém, que os deputados republicanos não reconheçam que esses tumultos são algumas vezes forçosos, como quando, por exemplo, é atingida a honra pessoal ou partidaria. Nesse caso não se justificam só os tumultos: justifica-se e impõe-se até a aggressão fisica, a lucta pessoal.

Tambem isto não significa que os deputados republicanos se coloquem ao lado do governo, ou de algum modo o apoiem, contra os que fazem os tumultos. Pedimos, votamos, reclamamos, como as opposições monarchicas, o inquerito, mas o nosso proposito é mais alto, porque não queremos só derrubar Espregueira, mas o proprio regime que o mantem!

«O dilema está posto,—declara Affonso Costa.—Ou o povo ou o rei. E' preciso escolher. Ou se está ao lado do reinado actual, que aos vícios do reinado findo, ajuntou a influencia clerical, ou se está ao lado do povo. Ou o rei esmagará o povo, as liberdades, o progresso, a vida nacional, a honra colectiva, se tiver força para isso, ou o povo imporá a sua vontade aos que rodeiam o rei, implantando a Republica!»

Mil contos para o regabofe

O dr. Affonso Costa começa em seguida a análise dos documentos agora publicados no folheto do ministro da Fazenda. Historia o que se passou. Fechadas as camaras, o conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado propoz em 16 de setembro de 1908, que se realisasse um empréstimo de 4.000 contos nas condições do anterior, mas dizendo que já se haviam recebido, de supprimento do tesouro e juro, cerca de 3.200 contos, além dos 3.000 contos dos empréstimos anteriores e sem falar nos encargos da garantia do juro. O decreto franquista de 30 de agosto de 1907 autorisara aquelles supprimentos até 3.000 contos, mas vê-se que essa soma estava attingida. Todavia, noutro documento dos que foram agora publicados, e que tem a data de 23 de outubro, o mesmo conselho de administração dizia que desses 3.000 contos ainda restavam perto de 63. Que administração é esta, que um dia diz uma cousa, e depois outra!

Em todo o caso, o conselho de administração sempre queria o empréstimo dos 4.000 contos, de que realmente só 800 lhe

ficariam para as construcções que reputava indispensaveis em diversos ramaes: O troço de Valença a Monsão, das Pedras Salgadas a Vidago e do Barreiro a Cacilhas. O ministro das obras publicas, que era o sr. Calvet de Magalhães, aprovou e pediu um supprimento até 1.000 contos, enquanto não se realisasse o empréstimo.

O ministro da Fazenda, Espregueira, consultou em 10 de outubro a Procuradoria Geral da Corôa sobre se poderia fazer a operacão sem lei e sem concurso; mas, em 31 de outubro, o ministro, sem esperar a consulta, que veio em 3 de novembro—o que prova que a Procuradoria Geral da Corôa só serve para sancionar os erros, as arbitrariedades e os desperdícios dos ministros—foi recebendo da Caixa Geral dos Depósitos, como adiantamento, 1.000 contos de réis para pagamento de parte do debito da administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Esta, por seu turno, fez mais tarde, em 12 de novembro, com intervenção do ministro da Fazenda, um contracto com a Caixa para um empréstimo de 1.000 contos, sendo 1.000 contos os já abonados ao tesouro e 600 para a continuacão das obras encetadas.

Assim arranhou Espregueira 1.000 contos para o regabofe, e para a administração dos caminhos de ferro só foram 600 contos que ella, de resto, já tinha gasto em grande parte. O empréstimo foi feito por 30 annos e ficou caucionado com as rendas dos caminhos de ferro, na importancia de cerca de 110 contos annuaes, o que, com os 270 contos já consignados aos empréstimos anteriores e ás garantias de juro, absorveu quasi por completo o verdadeiro saldo liquido d'essas rendas, cerca de 400 contos de réis.

A tentativa burnaysista

Parecia definitiva esta solução. O Estado fôra embolsado de 1.000 contos de réis e os caminhos de ferro recebiam os 600 contos que eram tres quartos do maximo que se lhes pode reservar no novo empréstimo de 4.000 contos que assim se tornara inoportuno.

Todavia, Espregueira teimou em fazer o. Para aliviar a Caixa Geral?

Não, visto que ella fizera o empréstimo por 30 annos e não um supprimento provisório. Para favorecer a construcção de novos caminhos de ferro? Tambem não, porque, além dos 600 contos elles pouco mais poderiam receber e esses 600 contos, conforme o contracto de 12 de novembro, só acabaria de ser pagos em dezembro de 1909.

Então para que queria Espregueira o empréstimo?

«A resposta é uma só—exclama Affonso Costa clamorosamente applaudido pela multidão:—O empréstimo era preciso; não só para arranjar mais dinheiro para o regabofe, mas principalmente para arranjar lucros, luvras, para os contratadores.

E que foi este o pensamento de Espregueira, vê-se de todos os documentos por elle publicados, da pressa com que fugiu com o negocio á approvação parlamentar, e desta circumstancia sintomatica, para a qual chamo a attenção dos que me escutam e do paiz inteiro:

Calculando a administração dos caminhos de ferro do Estado que o empréstimo produziria 4.000 contos, só esperava receber para obras 800 contos, pois o resto já o devia ao tesouro. Ora o empréstimo produziu, de facto, cerca de 3.750 contos, e como os caminhos de ferro já tinham 600 contos, nada mais pôde caber-lhes, antes elles teriam, em rigor, de restituir ainda 50 contos!

Eis aqui como empréstimo serviu para a abertura de novas vias de communicacão, para acudir á crise de trabalho, para desenvolver a riqueza publica! Foi levantado em condicções taes que delle não passou um centil para os caminhos de ferro do Estado!

«Burla, burla, burla!» exclama Affonso Costa.

A solução é a Republica!

Como o seu discurso vae longo, o dr. Affonso Costa vê-se obrigado a resumir esta sua análise sobre as negociações do empréstimo, acentuando mais uma vez o enorme prejuizo sofrido pela Caixa Geral dos Depósitos na acquisição das obrigações do empréstimo, em que todo o lucro, cerca de 800 contos, ficou nas mãos dos contratadores, e dos seus comparsas, o que é sem duvida a parte mais escandalosa de toda essa ineluctavel negociata. Esse dinheiro, que devia ficar, em grande parte na posse do Estado, ou directamente num melhor negocio, ou indirectamente na Caixa Geral, assim foi parar ás mãos dos amigos e compadres de Espregueira, o que prova melhor do que nenhum outro argumento que a monarchia só vive dando de comer, em grande escala, aos seus complices, e arruinando e devastando assim, e com torpeza evidente, o patrimonio colectivo da nação.

«Não lhe consentiremos, porém, que assim continue a sua existencia,—exclama o notavel parlamentar.—Dissemos-lhe que tentasse viver, sim, mas com honra, com dignidade e com escrupulo. Não o fez, porque não pôde, não soube e não quiz. Por isso compete agora ao povo tomar conta dos seus destinos. E' preciso que os dinheiros do Estado sejam administrados com tanta lisura e parcimonia como o são as magras ferias das familias proletarias, em que se emprega a mais rigorosa economia para que chegue um bocadinho de pão a todos, durante cada dia da semana.

«A unica solução para Portugal,—até os monarchicos intelligentes e sensatos o reconhecem e começam a proclamar—é a Republica. E' necessario fazer-lhe aão depressa e tão bem quanto possivel. E' a nação inteira que se levanta a repellar uma minoria corrupta, que a rouba e a oprime. Essa solução pode e deve ter realisacão rapida, se todos os cidadãos portugueses, pensassem, d'aqui em diante; até por sua propria conveniencia ainda mais na patria do que em si mesmos e nas suas familias.

«Visto que, por culpa da monarchia—diz energeticamente Affonso Costa—o paiz foi systematicamente posto a saque, o povo, a nação trabalhadora e honrada tem de pensar systematicamente na implantacão da Republica e no meio pratico de a fazer, isto é, na preparacão cuidadosa e diligente do movimento revolucionario de que ella ha de irromper victoriosa!

Falla o dr. Antonio José d'Almeida: A oligarchia politica não tem definicão—As opposições monarchicas tem o direito de dizer a verdade.

Quanto á oligarchia politica, não é facil empregar termos que a definam. Ella é tremenda e sob o ponto de vista deste contracto tem-se mostrado insubmissa e impenitente. Se alguma vez tem vindo até nós explicando-se, é porque tem sido obrigada por instancias de toda a ordem. Repare-se. O sr. Espregueira disse na camara dos pares que não levaria o contracto ás camaras. Se o levou é porque foi obriado. A maneira arrastada porque o governo tem respondido ou feito responder aos nossos ataques é a prova da falta de clareza nos seus processos e da falta de vontade, indispensavel a todos os governos, de viver com a opinião publica.

Já se chegou na camara dos deputados, e por hoje assinalarei apenas este ponto, a dizer das bancadas da maioria que a opposição se devia calar, porque, quando governo, tambem tinha praticado eguaes delictos e attentados. Ha proventura processos mais reaccionarios, cidadãos?

Não ha. Que o facto das opposições mostrarem doutrina contraria á que defenderam no governo seja motivo de abatimento de prestigio para ella, comprehendese e é justo, porque os homens e os partidos são o significado moral e politico das ideias que sustentam. Mas dizer-se que não tem o direito de falar, é um abuso e um erro nocivo além de um acto de tirania intoleravel. As opposições tem o direito de sustentarem doutrinas contrarias ás que tiveram no governo, quando mais não seja para se arrependermos, ou para se desmascaramos.

Cidadãos! sou um republicano extremo e intransigente que se não concerta nem combina com os partidos monarchicos em hipoteses nenhuma. Nem com o governo nem com as opposições. E' uma norma de que nunca me afastei. Por virtude della me tem chamado romantico e me tem considerado homem sem qualidades politicas. Não importa. A minha bandeira de republicano socialista prefiro-a erguida sobre uma simples pedra, contanto que ella seja republicana, a ve-la fluctuar sobre uma fortaleza que tenha latos monarchicos. Assim foi sempre na politica das ideias. Assim o fui, no terrivel mez de janeiro, no duro campo dos factos.

Mas não passará nesta casa, sem o meu protesto, a affirmacão de que as opposições se devem calar. Não. Se ellas são incoherentes, isso é com ellas. A verdade dá sempre um salvo conducto á garganta que a pronuncia. E' n'isso mesmo que residem os fundamentos do regime de livre critica.

Eu já estou sentindo no peito e nas espinhas a metralha com que as opposições de hoje me hão de varejar quando amanhã se sentarem do outro lado da camara. Não importa. Ellas tem todo o direito de dizer a verdade e só devem calar quando da sua boca sahirem as formulas do erro. De resto, no fundo, todos são a mesma cousa, visto que todos defendem o regime.

O sr. Pereira dos Santos, regenerador, que anno passado se sentava entre a maioria, tratou por vezes os republicanos com flagrantíssima injustica. Isso não quer dizer que s. ex.º este anno não tenha dito algumas

verdades bem amargas e bem verdadeiras, de encontro aos homens que ha mezes carosamente defendia. O sr. Pereira dos Santos perderá sem duvida, com a incoherencia das suas ideias politicas, mas a verdade lucrou desta vez com a legitimidade dos seus ataques.

Ahi está a opposição dissidente. Largos annos esteve no erro, obediendo passivamente ao gesto pendular, de oraculo indiano, com que o sr. José Luciano, esse patuleia conservado em salmoeira progressista, dirige a sua tribu. Hoje mesmo essa opposição está no erro alimentando a inaceitavel esperança de fazer uma monarchia liberal, como se entre as liberdades e a monarchia não houvesse a incompatibilidade que ha entre o fogo e a agua, porque ou o fogo latilisa a agua, ou a agua apaga o fogo, isto é, ou a monarchia mata a liberdade ou a liberdade faz desaparecer a monarchia. Todavia elles na opposição, em que ha annos se encontram, tem prestado serviços á verdade e á justiça. Assim foram uteis á nação na questão dos tabacos, e, no mez de janeiro do anno passado, estiveram, em favor da Liberdade, que então era a Liberdade Republicana, de espingarda ao hombro, o que é importante.

O governo, que se imponha pela força porque para isso tem a municipal e a policia, prenda, processe, condemne, exile e mate; mas não se meta a querer tapar a boca de ninguém, em nome do direito, porque o não consegue. Faça-o pela força, se quer. De outra maneira, não.

Os republicanos estão alheios a todos os tumultos, porque não fazem causa comum com os homens da monarchia, ainda que elles sejam opposição. Votaram o inquerito porque elle era justo e preciso. E agora, de braços cruzados, esperam o momento de intervir, sem guardar solidariedade com homens que, embora tendo a justiça do seu lado neste lance, se sentem sofregos do poder e do mando. Para nós, todos são igualmente inimigos.

A oligarchia religiosa é a que domina

A oligarchia religiosa é de todas a peor, porque é ella verdadeiramente que domina em Portugal, visto que todas as outras lhe giram ao sabor como cavallos cujas guias se enrolassem no seu pulso unico e invencivel.

Ministerios, bancos, estabelecimentos de ensino, corporações de beneficencia, commercio, industria, agricultura, tudo evoluciona na pista catolica, ao som do canto-chão, sob o pingalim de Loyola.

Este ministerio, mal tomou conta das pastas foi, escravo de Deus e da igreja, ajoelhar aos pés do nuncio.

Não sei se aquelle representante do Papa tambem pôz o seu visto no contracto. Se assim foi, seria para dizer que atingiram o triplice aspecto as transformações fregolicas do sr. Espregueira. De manhã de sobrecasaca, no ministerio, alinhavando contractos, á tarde no Banco, de quinquena, felicitando os consocios, e á noite, de batina e chapéu ecclesiastico, rezando as contas pelo bom resultado das operações e dos negócios.

A tirania religiosa entre nós, porém, será tratada para a outra vez. Por agora deixemo-la ficar, esvoaçante e sinistra, como a ave dominadora deste cemiterio de almas que se chama Portugal. Cemiterio do qual, porém, eu cada vez mais teimo em que ha de sahir uma patria nova e redimida, invencivel e fulgurante.

A Patria de outr'ora e a Patria futura

Mas que energia, oh! grande Deus dos Povos e das gerações que te chamas Progresso, não será preciso arrancar desta minha entulhada que se chama a Nação Portuguesa!

Ah! Como era preciso que a nossa alma fosse temperada naquellas forjas de bronze de que, num momento de convulsa suggestão, falou o poeta de Florença.

Só comnosco contamos, só de nós vivemos. E do futuro sincero e largo, que da sua curva longinqua chama os nossos olhos anciados. O passado tambem existe, mas distante e largo, perdido no crepusculo do tempo. Existe como uma recordação, como uma saudade, separada de nós por um hiato de lama. Vemo-lo como uma montanha fronteiriça, metendo-se de permoio um valle de enxuro, que são oitenta annos de pedridão constitucional. O Portugal legitimo e autentico quasi morre em 34. Essa grande Patria cheia de audacia e convicções tem a sua agonia na convenção de Evora-Monte. De então para cá, salvo raras excepções isoladas, que brilham como luzeiros numa costa negra, não ha crenças, não ha fé. E' uma nacionalidade que vai á tona dos acontecimentos como um tronco carcomido no dorso de uma corrente incansavel e eterna.

Até aqui havia os miguelistas, rigidos como marmores, que, ao longo da nossa vida contemporanea, atestavam as inquebrantaveis opiniões de outras eras. Era o ultimo elo que ligava um passado sangrento de forcas e matanças, mas vigoroso em todo o caso, a este desolado presente. Mas agora nem isso. O seu chefe, a troco de respirar os ares de uma terra em que aliás não nasceu, e na mira de servir uma religião falsificada, abstem-se dos seus direitos que ainda ha pouco considerava como o melhor brazão da sua estirpe e o maior padrão da sua honra. Até esse miguelismo feroz e turbulento, que passou o paiz de estola sobre os hombros e de bacarmarte nas mãos, esse miguelismo que parecia impenitente e insubmisso, após 80 annos de exilio, se entregou á mansidão, prontificando-se a vir para o Portugal que elle assolou, com o fim de defender o altar e o trono. Quer dizer: o tigre de outras eras delibrou entrar na domesticidade, oferecendo-se para guardar o seu eterno rival, com a condição de lhe deixarem desfilarem o

rosario nas mãos homicidas e de lhe pôrem na cabeça, embora sem subsidio, um bonet de policia. Tudo se afunda, tudo se subverte, até mesmo o que, sendo mau, tinha um cunho forte de originalidade.

Este Portugal, que foi um primitivo montado que um rei audacioso e sagacissimo talhou a golpes de montante da configuração estrutural da velha terra de Hespanha; que foi depois na India e na Africa uma patria indomavel, alargando-se por longes inaprehensíveis e depois uma terra de escravidão jesuitica subjugada á sandalia papal e, por fim, nma patria de resurreição, erguendo em 1820 a fronte banhada de uma nova luz, parece hoje um campo de maldição e silencio. No seu sub-solo, porém, está-se fazendo a transformação subtil de uma nova vida. São as gerações novas que trabalham, é o espirito da hora presente que se manifesta.

Mas para que a evolução se faça rapida são indispensaveis os processos revolucionarios. E' preciso o cataclismo que araze, e o incendio que purifique. O que se está vendo, o que se está passando, não vai com palavras, vai com factos. E tem de ser o mais depressa possivel, porque de contrario a Historia irá um dia ao cimo do Chiado, apeará o Camões que lá está na serenidade do bronze e fará em bocados os poetas, que, na sua fixidez marmorea curvam a cabeça como deslumbrados pela aureola de genio que doura a fronte do que foi o maior de todos elles. Em seu lugar calcula-se o que a Historia porá: á roda os homens dos fofoscos e dos tabacos de ventre obeso na digestão dos seus dividendos, e em cima o sr. Espregueira, o pé descancado sobre os contractos com o Lisboa & Açores e na mão, não a espada do epico, mas a cedula de presença, como membro do concelho fiscal do famoso banco da rua do Ouro...

Que tal cousa nunca poderia dar-se, bem o estou percebendo pelo calor entusiastico de quem me escuta sem a terra portueza ser calcinada pelo fogo da Revolução e orvalhada pelo sangue dos martires!

Crise Ministerial

Como é sabido, foi apresentada a el-rei, pelo Snr. Campos Henriques, a demissão do governo.

A crise tem sido laboriosa e incidentada.

Chamado o Snr. Beirão, este declinou o encargo, logo depois das primeiras tentativas.

Seguiram-se os Snrs. Wenceslau de Lima, que tambem não conseguiu organizar ministerio e Sebastião Telles que certamente nada conseguirá.

Campos Henriques, diz-se, não se presta de novo ao papel secundario de sub-chefe navegantino.

Qual será a saída? O Snr. Vilhena e os do bloco parecem atirados ao ostracismo pelas intrigas palacianas.

E' um systema que desaba! A crise não é só de governos. E' a crise do regimen. Aproxima-se a hora tremenda.

João Ramos

Falleceu no Porto o distincto jornalista, antigo redactor do «Primeiro de Janeiro» — João Ramos.

Era natural d'Ovar. Exercera durante algum tempo a sua profissão de pharmaceutico em varias localidades, entre ellas, em Esmoriz. Ha muitos annos dedicara-se ao jornalismo, onde conquistou um lugar de proeminencia.

Cidadão de extraordinaria bondade, foi sempre na vanguarda de todas as iniciativas que visavam a enaltecer ou auxiliar a classe em que tão nobremente exerceu o seu mistério como profissional consciencioso. Venerado pela familia e pelos collegas, que o cognominavam de *Pae Ramos*, deixa nome honrado e memoria de indelevel saudade.

A' desolada familia e á illustrada redacção do «Primeiro de Janeiro» endereçamos o nosso cartão de condolencias.

A NOSSA CARTEIRA

—Continúa em Espinho o nosso amigo sr. dr. Eduardo Pinho d'Almeida.

—Está n'esta praia, em férias, o sr. Antonio dos Santos Correia Marques, distincto alumno da faculdade de Direito da Universidade.

—Chegou a esta praia, onde

tenciona demorar-se, o sr. Rodolpho de Passos e Souza, distincto coronel reformado.

—Têm passado indisposta a menina Sophia Ismenia, interessante filhinha da ex.^{ma} sr.^a D. Sophia Quaresma de Pinho.

—Encontra-se melhorada dos seus padecimentos a esposa do nosso amigo, sr. Antonio Augusto Rodrigues da Gama.

—Entrou em franca convalescência o sr. Manuel Pinto d'Almeida, nosso presado amigo e antigo deputado da nação.

—Tem passado indispostos: a esposa do sr. José Pinheiro Aragão, distincto major d'artilheria; e o sr. Manuel da Cruz Magalhães, importante capitalista.

—E' esperado por estes dias, de regresso de Lisboa o sr. conselheiro Joaquim d'Almeida Corrêa Leal, com sua ex.^{ma} familia.

CASOS E NOTICIAS

O tempo e o mar—Prolongou-se pela semana finda a quadra invernosa, cujos desagradaveis effeitos vinhamos, ha muito, sentindo. Os ultimos dias appareceram amenos, de feição primaveril. O mar tem-se mantido em relativa calma. Quanto a trabalhos de pesca... nada!

Valle do Vouga—Após a victoria competente, foi inaugurado de facto, no dia 1 d'abril, o troço de linha, comprehendido entre Albergaria-a-Velha e Oliveira d'Azeite. Por esse motivo, tiveram de ser alterados os horarios dos comboios. Vão publicados na respectiva secção, com as modificações introduzidas.

Bom fóra, para conveniencia do publico, que a Companhia do Valle do Vouga estabelecesse, ao menos, dois comboios a mais dos existentes, como urgentemente se reclama. Estamos certos de que o digno engenheiro chefe de exploração—Mr. Pecoault, um tecnico dos mais distinctos e dotado de superiores qualidades de direcção administrativa, não deixará de attender á justiça d'essas reclamações.

Repartição de fazenda de Espinho—O Sr. Julio Candido Furtado de Antas, que dignamente tem desempenhado as funções de escrivão de Fazenda d'este concelho, acaba de ser collocado em Felgueiras, para onde havia sido indigitado, com accesso de classe. O Sr. Furtado d'Antas fora de Espinho, ha dias, transferido para Amares; d'alli passa agora a desempenhar o seu cargo n'aquelle concelho.

Foi d'este modo corrigido um acto governativo fazendo-se relativa justiça ao distincto funcionario, pelo que sinceramente o felicitamos.

Para Espinho vem transferido o aspirante de Fazenda d'Ihavo, Sr. José Razoilo do Sacramento, que obteve a sua nomeação de escrivão. O nomeado vem precedido das melhores referencias. Fazemos sinceros votos por que se torne crédor das sympathias dos espinhenses, havendo-se com razoavel equidade.

Roubo de carteira—No sabado, 27 de março ultimo, foi preso, na estação de Espinho-Praia da linha do Vouga, o «cavalheiro» d'industria Antonio Freire Canal por ter tentado surripiar uma carteira, com duzentos mil reis, ao sr. Antonio Ferreira Carneiro de Louroza.

O preso evadiu-se na sexta feira passada da casa de reclusão d'esta villa onde se achava hospedado d'esde o dia em que foi detido.

Comicio em Vianna—Deve realizar-se hoje em Vianna do Castello um imponente comicio de propaganda republicana.

Congresso municipalista—São consideraveis as adhesões e estão adiantados os trabalhos para a reunião, que deve effectuar-se em Lisboa, do congresso de municipalidades, que reclamam a autonomia administrativa. O congresso deve ter logar nos dias 16 a 21 d'abril proximo.

Congresso republicano—O congresso annual do Partido Republicano reune este anno na cidade de Setubal. As sessões começam no dia 20 de abril proximo.

Julgamento d'O Mundo—Foi julga do este importante órgão do Partido Republicano. A querrela, promovida contra os nossos amigos França Borges e Ribas d'Avellar indigitava-os como reus do crime de offensa ao inspector de policia Moreira Feio e ao chefe de estado.

Apesar de não ser provada a injuria, aquelles nossos estimados correligionarios fossem condemnados.

E' assim respeitada a liberdade de imprensa n'este paiz das uvas maduras. E «viva a repressão»... olé!

Procissão de quaresma—Realisa-se hoje em Silvalde a tradicional procissão dos Passos.

Gatunagem—Continua desenfreada a gatunagem nos assaltos aos quintaes.

N'esta terra parece constatar-se um phenomeno curioso: quanto mais policia, mais roubos apparecem. Valha-nos Deus!

O Regresso do Exilio

Veia tranquilla e pura
Do meu paterno rio,
Dos campos, que elle réga,
Manissimo armentio.

Rocio matutino,
Prados tão deleitosos,
Valles, que assobram selvas
De sineiras frondosas,

Terra da minha infancia,
Tecto de meus maiores,
Meu breve jardimzinho,
Minhas queridas flores,

Harmonioso e sancto
Sino do presbyterio,
Cruzeiro venerando
Do humilde cemiterio.

Onde os avós domiram,
E dormirão os paes;
Onde eu talvez não durma,
Nem rese, talvez, mais,

Eu vos saúdo! e o longo
Suspiro amargurado
Vos mando. E' quanto póde
Mandar pobre soldado.

Sobre as cavadas ondas
Dos mares procellosos,
Por vós já fiz soar
Meus cantos dolorosos.

Na prôa resonante
Eu me assentava mudo,
E aspirava ancioso
O vento frio e agudo;

Porque em meu sangue ardia
A febre da saudade,
Febre que só minora
Sopro de tempestade;

Mas que se irrita, e dura
Quando é tranquillo o mar:
Quando da Patria o céu
Céu puro vem lembrar;

Quando no extremo occaso,
A nuvem vaporosa,
A frouxa luz da tarde,
Na côr imita a rosa;

Quando, do sol vermelho
O disco ardente cresce,
E paira sobre as aguas,
E emfim desaparece;

Quando no mar se estende
Manto de negro dô;
Quando, ao quebrar do vento
Noite e silencio é só;

Quando sussurram meigas
Ondas que a nau separa,
E a rapida ardentia
Em tórno a sombra aclara

I I

Eu já ouvi, de noite,
Entre o pinhal fechado,
Um fremito soturno
Passando o vento irado:

Assim o murmurio
Do mar, fervendo á prôa,
Com o gemer do afflicto,
Sumido, accorde sóa:

E o scintillar das aguas
Gera amargura e dor,
Qual lampada, que pende
No templo do Senhor,

Lá pela madrugada,
Se o oleo lhe escaceia,
E a espaços expirando,
Affrouxa e bruxuleia.

Bem abundante messe
De pranto e de saudade
O foragido errante
Colhe na soledade!

Para o que a patria perde
É o universo mudo;
Nada lhe ri na vida
Mora o fastio em tudo;

No meio das procellas,
Na calma do oceano,
No sopro do galerno,
Que enfuna o largo panno,

E no entestar co'a terra
Por abrigado esteiro,
E no pousar á sombra
Do tecto do estrangeiro.

E essas memorias tristes
Minha alma laceraram,
E a senda da existencia
Bem ag'a me tornaram:

Porém nem sempre ferreo
Foi meu destino escuro;
Sulcou de luz um raio
As trévas do futuro.

Do meu paiz querido
A praia ainda beijej,
E o velho e amigo cedro
No valle ainda abraçej!

Foi este goso nuvem,
Que o vento some á tarde:
Facho de guerra acceso
Em labaredas arde!

Oh, sim maldisse o instante.
Em que buscar viera,
Por entre as tempestades,
A terra em que nascera.

Que é, em fraternas lides,
Um canto de victoria?
É delirar maldicto;
É triumphar sem gloria.

Terra infame!—de serviços aprisco,
Mais chamar-me teu filho não sei;
Desterrado, mendigo serei;
De outra terra meus ossos serão!

Morrer, morrer, que importa?
Final suspiro, ouvi-lo
Ha-de a patria. Na terra
Irei dormir tranquillo.

ALEXANDRE HERCULANO.

Ao Publico

Bernardo Duarte Ferreira

tendo liquidado a pequena adega que teve durante o ultimo trimestre anexa á sua officina de alfaiate, na rua do Norte n.º 138, agradeço aos seus fregueses a fineza de lhe terem gastado vinho durante esse tempo, e pede a continuação de suas ordens para os trabalhos da sua arte.

Espinho, 31 de março de 1909.

FABRICA A VAPOR

CONSERVAS ALIMENTICIAS FERREIRA, BRANDÃO & C.^A OVAR

FILIAL NA PRAIA DO FURADOURO
(COSTA DE ESPINHO)

PHARMACIA CENTRAL ALBERTO DELGADO

RUA BANDEIRA COELHO, 79-81-83--ESPINHO

Hotel Bragança

Avenida Serpa Pinto e Rua Bandeira Coelho
(proximo á estação do Caminho de Ferro)

ESPINHO

Edificio de primeira ordem. Magnificas instalações. Serviço de meza
aceiado e irreprehensivel.

PREÇOS MODICOS

N.º 3 Café e casino. Illuminados a luz electrica.

Photographia Central

Passeio Alegre, 7 e 9
ESPINHO

JOSE DE CARVALHO

Execução perfeita de qualquer trabalho photographico

RETRATOS EM TODOS OS GENEROS AMPLIAÇÕES DESDE 2\$500 rs
Reproduções de qualquer retrato, por mais deteriorado que seja

Conclusão de trabalhos aos photographos amadores
Officina mechanica de cartomagem para photographias

Filial em Aveiro na Rua do Gravito, 68 N.º 4

PHARMACIA CASAL RIBEIRO

59--UAR DO CRUZEIRO--63

Estabelecimento montado em harmonia com a lei
Manipulação esmerada com farinhas das melhores fa-
bricas do Porto e Lisboa, sob a direcção do proprietario
Manoel Casal Ribeiro, o qual se encarrega de alugar ca-
sas para os seus ex.^{mos} freguezes. Entrada franca a
qualquer hora do dia ou da noite.

DISTRIBUIÇÃO NOS DOMICILIOS N.º 15

MANTEIGA DE FIAES

Quinta do Dr. Elysio de Castro

A melhor manteiga nacional, de es-
merado fabrico e sabor excellente.

De puro leite, hygienica e substancial
DEPOSITOS;

Porto—Tabacaria Gonçalves: Rua
Sá da Bandeira, 109. Mercaria Ama-
rantense: Defronte do Bolhão.

Colmbra—Cooperativa dos Empre-
gados Publicos.

Lisboa—Mercaria Nova Patria:
Largo de S. Domingos.

Espinho—Bazar Universal.

N.º 5 Vende-se em latas e boiões

RAMOS

Dentista



Avenida da Graciosa, 17
Especificos:
PÓ, PASTA, ELIXIR.

Hotel e Restaurante

CAFE CHINEZ

N.º 11

José Fernandes do Lago
Praia d'Espinho

Aberto todo o anno. Proximo á es-
tação.

A JUDICIAL

AGENCIA DE SERVIÇOS PUBLICOS

Escritorio: Rua de Bellomonte, 69-1

Directores fundadores { Manoel Coelho } Advogados
{ Adriano Pimenta }
Esta agencia incumbe-se de todos os serviços forenses,—de **advoca-
cia e procuradoria.**

Trata quaesquer serviços dependentes de ministerios ou repartições
publicas:—passagem de certidões, ou quaesquer outros documentos, lega-
isação de documentos nos ministerios e consulados, reclamações e recur-
sos sobre recenseamento e recrutamento militar, etc., etc.

Encarrega-se da administração, compra, venda e hipotecas de predios.
Orgnaisa documentos para concursos, prepara papeis de casamento, bem
como se ocupa de todos os assuntos dependentes das repartições eclesias-
ticas. Promove habilitações perante a Junta de Credito Publico, averba-
mentos de papeis de credito, no Porto, Lisboa ou outra qualquer localidade;
recebe os juros desses papeis, rendas de predios, pensões, fóros, etc., etc.

«A Judicial» estabeleceu uma serie de tres avenças, respectiva-
mente **ao preco de reis 15\$000, 5\$000 e 2\$500.**

Dá direito aos seguintes serviços:
**Cobrança judicial de pequenas dividas. Acções de
pequenos despejos**

—consultas oraes sobre qualquer assumpto;
—pagamento nos prazos legais de todas as contribuições: indus-
trial, predial, etc.;
—organizações e redacção de reclamações e recursos a que as
mesmas derem origem;
—informações dependentes de repartições publicas, taes como:
ministerios, tribunaes, camaras municipais, estabelecimentos
d'instrução, etc.;
—certidões de qualquer natureza;
—requerimentos para qualquer fim que não seja começo d'acção;
—desconto especial em todos os outros serviços de que esta agen-
cia se encarrega, incluindo os de **Advocacia e Procura-
doria.**

Primeira avença

Segunda avença

Terceira avença

Endereço telegraphico: «JUDICIAL»

(Envia-se folheto elucidativo a quem o requisit)

FABRICA DO MOCHO

(GAZOSAS, SIPHÕES E OUTRAS
BEBIDAS CONGENERES)

R. Alexandre Herculano (ao
Passeio Alegre).
N.º 17

ARMAZEM

DE

LOUÇA CARVÃO, E LENHA

MANOEL G. FERREIRINHA NOVO

Rua do Cruzeiro
ESPINHO